

# Luciano Ducci pede urgência na distribuição da vacina contra dengue em todo o País

Rhafael Padilha

A Comissão de Seguridade Social e Família realizou, na terça-feira (11), audiência pública para discutir a comercialização e distribuição da vacina contra dengue. O deputado Luciano Ducci (PSB-PR) participou da reunião e destacou projeto de sua autoria (PL nº 4320/16), que tem por objetivo garantir a oferta dessa vacina à população. O medicamento já existe e está registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A vacina tem sido pouco ofertada, embora esteja registrada desde dezembro de 2015 na Anvisa e liberada para comercialização pelo Comitê Técnico Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). No entendimento de Ducci, seu PL vem ao encontro dos interesses da sociedade, apesar de estar há um ano em tramitação na Casa. "Quero incluir esta vacina no Programa Nacional de Imunização, pois sua eficácia já foi comprovada", lembrou.

Inicialmente, o PL 4.320/16 pedia que a vacina fosse disponibilizada apenas em áreas de grande risco epidemiológico. "Agora, pedimos urgência na tramitação dessa matéria para que o Governo adote esta vacina. O Paraná foi o primeiro estado a implantá-la, com mais de 200 mil pessoas imunizadas, sem efeitos colaterais", destacou.

Para concluir esse processo, a vacina possui três etapas de apli-



O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a implementar a vacina que já está registrada na ANVISA

cação e reduz as chances de internação e morte por dengue hemorrágica em 90%.

A Dengvaxia, vacina desenvolvida por um laboratório francês, já é comercializada na rede particular brasileira e é adotada em campanha pública no Paraná. Além da Dengvaxia, uma outra vacina está sendo desenvolvida no Brasil, pelo Instituto Butantan. Tanto os representantes de órgãos públicos e agências reguladoras como os de conselhos de saúde federal e municipal debateram a viabilidade financeira de aquisição da vacina contra a dengue.

**Campanha** — O Governo Federal tem promovido estudos para constatar se é viável adotar, em todo o País, campanha de vacinação contra a dengue. A informação foi confirmada por Francieli Fanti-

nato, da Secretaria de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. Ela explicou que uma das principais análises em andamento é a do custo-benefício do produto. "Isso inclui o preço da vacina, a quantidade de doses necessárias, a eficácia, a logística de distribuição e até a previsão de perda dos frascos depois de abertos", citou.

Francieli acrescentou que o comitê do Ministério da Saúde considera ideal uma vacina que tenha dose única, garanta imunização contra os quatro sorotipos da dengue, tenha eficácia de longa duração e não apresente efeitos adversos graves.

"Ainda não se sabe o tempo de duração dos efeitos da Dengvaxia, mas foi considerada satisfatória a eficácia por um ano", apontou.

## Transporte

Aprovada proposta de socialistas que cria o Fundo Nacional do Passe Livre

2

## ENEM

Rodrigo solicita ao MEC explicações sobre aumento da taxa de inscrição

3

## Seminário

Hugo Leal participa de evento sobre melhorias na gestão pública

4

Transporte

## Projeto de Lei da deputada Keiko Ota cria Fundo Nacional do Passe Livre



Deputada Keiko Ota destacou o alcance social que o Fundo Nacional do Passe Livre terá

Mariana Fernandes

Em tramitação desde 2014, o Projeto de Lei nº 8.023 da deputada Keiko Ota (PSB-SP) e da ex-deputada, Sandra Rosado (PSB-RN), foi aprovado na última semana na Comissão de Educação. O PL cria o Fundo Nacional do Passe Livre, destinado a garantir a gratuidade para os estudantes no transporte coletivo urbano. O relator do PL no colegiado foi o deputado Átila Lira (PSB-PI).

O Fundo Nacional do Passe Livre também destinará recursos para os municípios a fim de garantir essa gratuidade aos estudantes no transporte coletivo urbano. Mas, somente os estudantes do ensino fundamental, ensino médio e graduação, além dos acompanhantes das crianças matriculadas em creches ou na pré-escola terão esse direito.

O PL especifica ainda que a gratuidade do transporte aos estudantes será exclusivamente

para deslocamentos nos dias letivos fixados nos calendários escolares. Além disso, o estudante precisará estar regularmente matriculado e com frequência comprovada na rede pública ou privada de ensino, em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Segundo Keiko, a proposta procura desonerar as famílias dos encargos de deslocamento de seus membros, sobretudo nos casos das crianças e dos jovens, assegurando-lhes as condições mínimas de circulação na cidade onde moram e estudam. “A nosso ver, trata-se de medida importante no sentido de apoiar o estudante na sua formação educacional e profissional.”

**Tramitação** — O PL já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano e agora segue para a Comissão de Finanças e Tributação. Se aprovado, será analisado, em caráter conclusivo, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Curtas



“A cada cinco minutos uma mulher sofre algum tipo de violência no mundo”, alertou o socialista **Danilo Cabral (PE)**, em discurso no Plenário da Câmara, na terça-feira (11). De acordo com o Mapa da Violência de 2015, 13 mulheres morreram por dia no ano de 2013. O Brasil é o quinto País em número de feminicídio. Preocupado com os dados de violência contra a mulher, o deputado clamou pelo fim da cultura machista que, segundo ele, “inferioriza e objetifica a mulher ao ponto de torná-la vulnerável ao assédio, ao estupro e à morte. “Em 2013, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher declarou que o feminicídio é a última instância de controle do homem sobre a mulher: o controle da vida e da morte.



Debater a situação atual, os objetivos e as metas do Programa Especial Brasileiros. Esse é o objetivo da audiência pública solicitada pelo deputado federal **José Reinaldo (PSB-MA)**, aprovada na terça-feira (11) na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. O Brasil é uma das maiores economias do planeta, o que, para o autor, sublinha a necessidade de o País dispor de setor espacial desenvolvido, em face de sua importância estratégica como vetor de desenvolvimento. “A exploração espacial promove o desenvolvimento econômico, social e tecnológico, além de conferir prestígio político ao País”, diz. A data da audiência ainda será definida.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

ENEM

## Rodrigo pede informações sobre aumento da taxa de inscrição

Google Imagens

Andrea Leal

A pedido do presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), o colegiado solicitará informações ao ministro da Educação, Mendonça Filho, sobre o aumento da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Rodrigo apresentou o pedido na forma do Requerimento nº 138/17, aprovado na Comissão na última semana.

O aumento anunciado pelo Governo, na segunda-feira (10), passa a taxa de R\$ 68 para R\$ 82, o que representa 20% a mais no bolso dos estudantes. A medida é justificada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto do Ministério da Educação (Inep), pela ausência de reajuste entre 2004 e 2014. O Inep afirma que

o aumento realizado em 2014, de R\$ 35 para R\$ 68, não cobriu as despesas realizadas com a prova nos dois anos seguintes.

Em seu requerimento, Rodrigo questiona o MEC sobre quanto são gastos de recursos do Tesouro Nacional para a realização do exame, qual percentual de inscritos se beneficia das isenções e quais parâmetros são levados em consideração para definir o valor final, entre outras questões. “Espero que o MEC nos mostre, inclusive com estudos técnicos, motivos que justifiquem esse aumento sob pena de afetar gravemente os estudantes brasileiros e seus progenitores, onerando suas despesas”, argumentou.

Os parlamentares presentes na reunião em que foi aprovada a proposta do socialista sugeriram



novo requerimento em que será solicitada audiência pública para discutir o aumento. Para Rodrigo, a discussão trará ainda mais informações sobre esse acréscimo na taxa de inscrição do Enem. “Sabemos que o País vive momento complicado, mas precisamos de explicações plausíveis para justificar esta decisão que vejo como abusiva”, finalizou o socialista.

## Integração Nacional

## Comissão aprova audiências e missão oficial pedidas por Valadares

Moreno Nobre

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia aprovou, na terça-feira (11), a realização de duas audiências públicas solicitadas pelo presidente do colegiado, deputado Valadares Filho (PSB-SE). Na ocasião, também foi aprovado requerimento do socialista que autoriza a missão oficial de parlamentares a Portugal.

Uma das audiências vai debater as consequências do Decreto 9.010/2017, que extingue os cargos comissionados da Fundação Nacional do Índio (Funai). Serão convidados para o debate os representantes da Fundação, dos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia; e do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT). Valadares explica que a extinção desses cargos na Funai tem como consequência,



Socialista destacou importância dos debates

por exemplo, o atraso da liberação de licenciamentos ambientais para realização de grandes obras de infraestrutura.

“Para que todos os mecanismos de proteção possam ser executados, colocados em prática e preservados, é necessário que a União disponha de estrutura administrativa, recursos orçamentários e equipamentos capazes de cumprir com as determinações constitucionais”, diz.

Na outra audiência solicitada pelo socialista, o presidente dos Correios vai expor a situação da empresa desde a sua posse. Para Valadares, é importante que fiquem disponíveis aos seus membros as informações e o presente status dos principais programas e projetos em andamento pelos Correios.

**Missão Oficial** — Também foi autorizada participação de parlamentares em Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. O evento será realizado nos dias 6 e 7 de julho, na cidade de Covilhã, em Portugal. Com o tema Capital Intelectual e Desenvolvimento Regional: Novas Paisagens e Desafios para o Planejamento do Espaço, o Congresso vai oferecer conferências, mesas redondas e workshops que abordarão diversos temas ligados ao desenvolvimento regional.

## Seminário

# Hugo defende investimento em informação na gestão pública

Andrea Leal

“O investimento em planejamento e conhecimento dentro da gestão pública é essencial para transformação de ações positivas a toda população”, afirmou o deputado Hugo Leal (PSB-RJ) durante Seminário sobre os caminhos para a retomada do crescimento econômico, melhoria da gestão pública e análise da questão previdenciária. No evento, que aconteceu na última quarta-feira (12), Hugo presidiu a mesa sobre melhorias da gestão pública brasileira.

Para o parlamentar, em breve avaliação se comprova alto custo com investimento em controle, mas muito pouco se investe em informação. “Sem dúvida, órgãos de controle da gestão pública são essenciais, mas não devem ser os únicos instrumentos de desenvolvimento da gestão.” Hugo acrescenta que, na verdade, o investimento maior em conhecimento fará com que, a longo prazo, o País se desenvolva melhor.

O socialista é presidente de Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública. O colegiado organizou o Seminário, em parceria com a Frente da Indústria de Máquinas e Equipamentos e a Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp).



Hugo Leal é presidente de Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública

O palestrante do tema “Melhoria na Gestão Pública”, Francisco Gaetani, presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), acrescentou que a grande dificuldade da gestão hoje é a falta de comunicação entre os órgãos públicos. “Cada ministério, por exemplo, decide suas políticas internamente, sem comunicação intergovernamental. O que faz com que governos planejem cada vez menos e as empresas cada vez mais”, disse.

O presidente da Enap reforça também a necessidade de manter e aumentar a transparência nas instituições públicas. “Atualmente, nossas políticas públicas de gestão ainda não são suficientes para mu-

dar o patamar de atendimento da população.” Gaetani disse que o Brasil deve usar o aprendizado dos últimos anos, não só os momentos de crescimento, mas também as crises, para tomar decisões diferentes no futuro.

Hugo Leal também presidiu a mesa sobre os Desafios do Desenvolvimento Tecnológico, em substituição ao deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). O deputado lamentou os entraves encontrados no setor tecnológico, apresentados pelo diretor do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, Victor Mammana. “Temos que estabelecer prioridade também no desenvolvimento do setor tecnológico”, finalizou.

## Flavinho quer debater versão final da Base Comum Curricular

Rhafael Padilha

A Comissão de Educação da Câmara aprovou, na terça-feira (11), requerimento do deputado Flavinho (PSB-SP), para tomar esclarecimento acerca da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para debater o assunto, o colegiado convidará a secretária executiva do Ministério

da Educação (MEC), Maria Helena Guimarães de Castro.

O socialista afirmou que este requerimento tem por fundamento o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso e que foi elaborado a partir de ampla discussão parlamentar. “Temos ouvido especialistas nas mais variadas áreas do conhecimento, bem como representantes de organizações e da sociedade civil.”

Neste sentido, as informações da Secretaria Executiva do MEC figuram como principal responsável na condução dos trabalhos de elaboração da BNCC.

“São de vital importância para demonstrar aos parlamentares a adequação e respeito do texto produzido em relação aos princípios e metas descritos no Plano Nacional de Educação, aprovado por esta Casa”, resumiu.